

**A. I N°** - 269355.1201/04-4  
**AUTUADO** - TREVO COMERCIO DE CARVÃO LTDA  
**AUTUANTE** - CARLOS AUGUSTO COSTA DA SILVA  
**ORIGEM** - INFAZ EUNAPOLIS  
**INTERNET** - 08/03/06

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACORDÃO JJF N° 0058-03/06**

**EMENTA:** ICMS. BASE DE CÁLCULO. DESPESAS ACESSÓRIAS. FRETE. Inclui-se na base de cálculo do ICMS o valor do frete relativo a transporte intramunicipal, intermunicipal ou interestadual, quando o transporte é efetuado pelo próprio vendedor ou remetente ou por sua conta e ordem e cobrado em separado. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração foi lavrado imputando recolhimento a menos do ICMS no valor de R\$60.177.95, em decorrência de erro na determinação da base de cálculo nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas. O contribuinte deixou de incluir na base de cálculo o valor do frete lançado nas notas fiscais de saída.

O autuado, ao impugnar a ação fiscal à fl. 13, pede o cancelamento do Auto de Infração, alegando que de acordo com o inciso 7º do artigo 1º do RICMS/97, não efetuou operação ilegal, tendo em vista que não há incidência de ICMS nas prestações de serviços de transporte de carga.

O autuante, na sua informação fiscal à fl.16, diz que o contribuinte foi autuado devido a irregularidades encontradas na emissão de notas fiscais de saídas de carvão, quando ao emití-las, com o propósito de reduzir o pagamento do ICMS, inclui o valor do frete na nota fiscal, com o valor muito acima do mercado e subfatura o real valor da mercadoria não incluindo na base de cálculo do ICMS o valor do frete. Acrescenta ainda que o artigo citado pelo autuado não se aplica, pois tratar-se de uma tentativa clara do autuado burlar a fiscalização e furtar-se do pagamento do imposto, concluindo pela procedência do Auto de Infração.

Esta 3ª Junta de Julgamento Fiscal, às fls. 20 e 21 resolveu converter o processo em diligência para que o Autuante respondesse as seguintes questões: a) Se o transporte era próprio ou de terceiro; b) Se o preço do frete era superior ao praticado pelo mercado ou em comparação com o valor da pauta fiscal; c) Se havia prova do pagamento do frete ao transportador e, d) que fosse anexado cópia (UMA) da Nota Fiscal de cada período.

Em resposta aos pedidos constantes na solicitação de diligência, o Autuante informou que o transporte era executado por terceiros; que o preço praticado era superior tanto ao praticado pelo mercado como ao da pauta fiscal; que não havia provas de pagamento dos fretes aos transportadores, e que foram anexadas cópias das notas fiscais solicitadas.

### **VOTO**

O presente Auto de Infração refere-se à exigência de ICMS, decorrente de erro na determinação da Base de Cálculo do imposto nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, além da multa de 60%, tendo em vista que o contribuinte deixou de incluir na Base de Cálculo o valor do frete lançado nas Notas Fiscais.

O autuado solicita cancelamento do Auto de Infração, pelo fato de ter direito da “dispensa” do ICMS sobre o frete das mercadorias (carvão vegetal), fundamentando a não incidência no § 7º do artigo 1º do RICMS/97.

O autuante pede a procedência do Auto de Infração, afirmando que o artigo citado pelo autuado não se aplica, por se tratar de uma tentativa clara do autuado burlar a fiscalização e furtar-se do pagamento do imposto.

Considerando que o transporte é executado por terceiros; que o preço praticado é superior tanto ao praticado pelo mercado como ao da pauta fiscal; que não havia provas de pagamento dos fretes aos transportadores, conforme relatório da diligência, fica caracterizada a acusação fiscal, erro na determinação da base de cálculo, tendo em vista que não foi incluído na base de cálculo o frete da mercadoria, conforme prevê a alínea ‘b’, inciso I, do artigo 54 do RICMS/97, que assim dispõem:

*“Art. 54. No tocante aos acréscimos e aos descontos relativos ao valor das operações ou prestações, observar-se-á o seguinte:*

*I - incluem-se na base de cálculo do ICMS:*

*(...)*

*b) o valor do frete relativo a transporte intramunicipal, intermunicipal ou interestadual, caso o transporte seja efetuado pelo próprio vendedor ou remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado;”*

Na análise das notas fiscais emitidas pelo autuado às folhas 24 a 95, constata-se a falta de inclusão do frete na base de cálculo da mercadoria pelo autuado.

Face ao exposto voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de infração

## **RESOLUÇÃO**

**ACORDAM** os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **n.º 269355.1201/04-4**, lavrado contra **TREVO COMÉRCIO DE CARVÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$60.177,95**, acrescido da multa de 60% prevista no art. 42, inciso II “a” da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de março de 2006.

ARIVALDO DE SOUZA PEREIRA - PRESIDENTE

MARIA DO SOCORRO FONSECA DE AGUIAR - RELATORA

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR